

## É preciso mudar a atitude face à deficiência

---

Enquanto responsável técnica numa instituição particular de solidariedade social, julgo que um dos principais direitos que assiste às crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais (NEE) é o de poderem frequentar a escola da sua área de residência. Para que isso aconteça é necessário que beneficiem dos vários apoios que ajudam a diminuir as barreiras físicas e emocionais que constroem esse acesso.

Acredito, por isso, que o apoio do Ministério da Educação e das instituições de reabilitação de retaguarda, que fazem um trabalho paralelo à escola, se revela indispensável para integrar as crianças com deficiência motora no ensino regular. Nesse sentido, a Liga Portuguesa de Deficientes Motores desenvolve, através do seu programa sócio-educativo - pela qual sou responsável -, vários projectos de inclusão escolar, com diversas modalidades de trabalho, que variam de acordo com as necessidades de cada utente.

Apesar de considerar que a actual legislação salvaguarda o direito das crianças com NEE à permanência no ensino regular - nesse aspecto a legislação portuguesa é perfeitamente equiparável em relação ao contexto europeu -, julgo que há ainda muita coisa para mudar, nomeadamente a supressão das barreiras arquitectónicas na maioria das escolas, a melhoria da formação dos professores e a aposta na disponibilização de tecnologia que permita criar melhores condições de integração aos alunos com NEE.

Será importante referir, neste contexto, que existe um bom trabalho realizado nas escolas portuguesas, mas ele ainda não é suficiente para dar resposta a todos. O Ministério da Educação tem feito algum esforço nesse sentido, mas é preciso reconhecer que se torna difícil de gerir financeiramente uma tarefa tão pesada como esta. No entanto, mais importante do que o esforço financeiro é a mudança de atitude face à deficiência, que poderia abrir muitas outras portas.

(Depoimento retirado a partir de entrevista)